

Democracia em Declínio: o impacto do ultranacionalismo em Israel

Antonio Henrique Lucena Silva * Gregorio Noya Sampaio de Sá 

Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP

*Autor correspondente. E-mail: antoniohenriquels@gmail.com

Resumo

Este trabalho analisa o impacto do ultranacionalismo no processo de declínio democrático em Israel, investigando os fatores estruturais, políticos e sociais que impulsionaram o enfraquecimento das instituições liberais no país. A pesquisa parte da hipótese de que a ascensão de atores ultranacionalistas, fortalecidos por mudanças demográficas, fragmentação partidária e estratégias populistas, tem comprometido os fundamentos da democracia israelense. O texto utiliza a abordagem qualitativa, baseada na metodologia de estudo de caso com foco comparativo (*single country study*), aliada à análise *path dependent*, a fim de rastrear as causalidades históricas desse processo. O trabalho se estrutura em torno da identificação dos elementos que desencadearam a crise democrática em Israel, como a perda de representatividade dos partidos clássicos, o aumento da volatilidade partidária, a ascensão de lideranças populistas e o fortalecimento da influência de grupos religiosos ortodoxos na arena política. A trajetória de Benjamin Netanyahu é analisada evidenciando seu papel na construção de coalizões conservadoras e na promoção de reformas institucionais que fragilizam o Estado de Direito, com destaque para a polêmica reforma do sistema judiciário proposta em 2022 e parcialmente aprovada em 2023. O resultado da pesquisa indica que Israel, historicamente reconhecido como a única democracia do Oriente Médio, caminha para uma democracia liberal. O artigo conclui que a estabilidade institucional israelense está ameaçada por uma coalizão política que se apoia em segmentos radicalizados da sociedade, comprometendo as garantias democráticas e a convivência plural do país.

Palavras-chaves: Israel, Democracia, Ultranacionalismo

1. Introdução

Ao longo dos anos, as democracias têm passado por diversas transformações, evidenciando casos de deterioração do sistema, sendo o israelense, um dos mais emblemáticos. Apesar de existirem cenários similares em outras democracias liberais, o marco trabalhado neste artigo começa desde os anos 1990, onde se apresenta desde os primeiros

flertes antidemocráticos dentre os representantes de Israel, e como cada vez mais é possível analisar o declínio da democracia israelense.

É possível compreender as transformações em democracias outrora consolidadas através de seus atores como Donald Trump, nos EUA e Viktor Órban, da Hungria, que ao longo dos seus anos no poder minaram as instituições democráticas de seus países e, no caso israelense, não foi diferente. Benjamin Netanyahu, primeiro-ministro do país, durante sua longa governança¹ acabou possibilitando uma inflexão da política israelense, promovendo mudanças pouco representativas com os valores das democracias liberais.

A pergunta que guia este trabalho é: Como o ultranacionalismo impacta no declínio da democracia israelense? A partir desta indagação, analisaremos os sintomas que possibilitaram o desgaste no cenário político de Israel, em meio às crises com o atual premiê, as complexidades envolvendo religião e Estado, e como o cenário partidário fez uma transição onde cada vez mais os grupos radicais têm poder político.

O modelo em questão é abordado baseado nas obras de Adam Przeworski (2020), Timothy Snyder (2019) e Yascha Mounk (2021). É possível compreender a democracia como um modelo político que respeita às eleições livres, assim como preserva os direitos e deveres de seus cidadãos, e no momento que se trata do aditivo liberal, nada mais é do que um reforço às liberdades do povo frente seus líderes e as instituições, não baseado numa questão econômica (Mounk 2021).

Assimilada a ideia sobre democracia, constrói-se ao longo deste artigo o marco historiográfico a partir do momento nascedouro desta crise, com o assassinato de Yitzhak Rabin em 1995. Este acontecimento provocou uma série de efeitos na sociedade israelense, desde um trauma em toda uma geração como a quebra de paradigmas que outrora eram impensáveis.

A perda de uma grande liderança política, responsável por conseguir estabelecer avanços na busca da paz entre Israel e Palestina, propiciou um vácuo de poder, assumido pela direita israelense em meio a um período de forte instabilidade. Esse espaço foi ocupado por Benjamin Netanyahu, que se tornou o mais longo primeiro-ministro da história do país.

É perceptível ao longo das duas primeiras décadas do século XXI se desenharam mudanças no cenário político que fez com que o país se radicalizasse, processo este que se deu em meio a gestão de Netanyahu na maior parte do tempo.

Para compreender o processo em questão, o artigo foi dividido na forma de seis partes: a primeira discute sobre a crise da democracia; a segunda aborda os elementos desencadeadores da crise; terceiro e quarta analisam os israelenses, a sociedade e política; a quinta e a sexta examinam o regresso e a atribuição de Netanyahu. A partir dos dados trazidos, propõe-se uma análise sobre como o ultranacionalismo conseguiu deteriorar o sistema israelense. A seção final traz as considerações conclusivas deste artigo.

1. Primeiro mandato 1996-1999; segundo 2009-2021; terceiro 2022-2025 (presente)

2. A Crise da Democracia

O colapso da URSS, em 1991, encerrou um período marcado pela bipolaridade política, tendo como vencedor os Estados Unidos. O modelo político ocidental tornou-se a referência global, e as nações que outrora estavam sob a esfera de influência de Moscou acabaram por se transformar em democracias, no entanto, de distintas formas.

Antes de explicar sobre suas diferenças, se torna necessário explicar o conceito moderno de democracia, saindo da tradicional construção histórica a partir da Grécia Antiga. Faz-se necessário compreender de fato que para constatar a crise, é preciso que um grupo de características tenha sido violado durante um governo ou vários mandatos. O primeiro princípio abordado é sobre as relações de poder entre os cidadãos e seus governantes, por meio de sua definição, é o “governo do povo”, no qual existe a participação dos integrantes da sociedade por meio de seus representantes eleitos, sendo as instituições e o povo os cerne desse sistema (Paterman 2003).

É possível compreender que o modelo democrático se faz mediante pilares que são: eleições livres, direitos individuais, liberdade de expressão e garantia de Estado de Direito (Fukuyama 1992). É necessário assimilar que o sistema se adaptou há diversas realidades, em nações como Inglaterra e Espanha, os reis se integraram desenvolvendo os regimes democráticos com participação de um monarca, assim como surge o representante do povo, este eleito. A partir dessas transformações podem se distinguir os modelos de democracia, sejam eles majoritários ou consensuais, sob regime presidencialista ou parlamentar, se adequando as mais distintas sociedades (Lijphart 2019).

Compreendidos os conceitos acima é possível construir um caminho para o entendimento sobre a crise, que não ocorre como um processo simples de ser constatado, sendo difícil diagnosticar tal situação partindo de um único evento, a exemplo de um representante autoritário ou caso de corrupção. As rupturas no processo democrático são geralmente longas e seguem um caminho gradual de desenvolvimento, afetadas por fatores sociais, econômicos e políticos de alguma forma geradas por momentos de transição em suas respectivas sociedades.

3. Elementos desencadeadores da crise

É possível apresentar que as democracias funcionam bem, quando as suas instituições representativas operam de forma equilibrada, sem que seus governantes abusem de suas vantagens políticas e acabem por prejudicar de forma direta e indireta o cidadão, a estrutura política e as eleições (Przeworski 2020). Entretanto, quando este esquema de gestão não é seguido, é possível colocar em questão que os países podem estar a caminho de um processo de ruptura democrática.

O primeiro fator que deve ser citado é o econômico, que passa por processos que remontam ainda à guerra fria. No período em questão pode-se conceber que o cenário de sucesso econômico americano pós-guerra estava em declínio, pelo fato de que as famílias americanas já não ascendiam mais como anteriormente, prejudicados pelas altas nos preços após a crise do petróleo. Esses fatores externos contribuem para a atrofia social e financeira de diversos setores da sociedade, constituindo um cenário de desigualdade, mesmo numa democracia consolidada como os EUA (Snyder 2019).

Tais crises começam a afetar justamente as gerações mais jovens que não conseguem

crescer em meio a mercados estagnados, provocando desespero e baixa expectativa sobre o futuro. Assim é uma oportunidade para novos *players* surgirem no campo político representando os interesses deste grupo afetado pela crise econômica. Tal processo não é um elemento que possibilita a deterioração democrática de curto prazo, porém, abre espaço para um desgaste prolongado das gerações que não ascendem socialmente (Mounk 2021).

A partir do impacto das crises sob a política, é concebível que os partidos tradicionais, de diferentes espectros, percam espaço perante a população, já que pouco se sentem representados pelos partidos majoritários, que nas democracias passaram os últimos 75 anos se revezando no poder (Przeworski 2020). Desde a década de 1980 existe um aumento considerável de partidos disputando as eleições, isto ocorre pela troca dos eleitores de partido, em meio aos cenários de instabilidade político-econômicas (Chiaromonte e Emanuele 2015).

Esse crescimento no número de partidos concorrentes pode ser interpretado como um movimento de transformação política, com entrada de novos atores políticos, contribuindo ainda mais para o desgaste dos partidos tradicionais. O cenário em questão se torna mais relevante com a ruptura entre as Repúblicas Soviéticas, de sistema unipartidário, ademais do estabelecimento dos Estados Unidos como grande potência unipolar.

Partindo da identificação desse movimento, abre-se um novo elemento que agrava a crise democrática, o surgimento dos partidos com representantes populistas. O fenômeno em questão, o populismo, não é exclusivo de uma ideologia, sendo a respeito do indivíduo que adapta sua perspectiva ao partido majoritário, como tratado por Levitsky e Ziblatt (2018), sobre os processos políticos tanto a esquerda como a direita possuem atores populistas a exemplo de Chávez e Maduro, na Venezuela, bem como Pinochet, no Chile. Apesar do ocorrido não estar preso num campo, é perceptível através das obras de Snyder (2019) e Mounk (2021) que estas se desenvolveram em sua forma mais radical no espectro de direita, percepção fortalecida com *players* como Donald Trump, Andrzej Duda e Benjamin Netanyahu.

Esse perfil de liderança se destaca pela promoção de um projeto político no qual as instituições são corruptas ou que não representam o povo, se aproveitando de uma janela de oportunidade com uma parcela da população em busca de melhorias sociais e econômicas em decorrência das crises que perduram. Assim esses novos jogadores se denominam como “*anti-establishment*”, ou seja, assumem posições messiânicas, por assim dizer, são os “únicos capazes” de romper com a velha política e seus representantes, buscando alavancar suas plataformas que geralmente envolvem o resgate de valores nacionais, anti-imigração e a contestação de instituições jurídicas (Przeworski 2020).

Portanto, o acesso desses representantes se dá de forma democrática, seguindo um caminho legal. Uma vez que a democracia é um processo que depende da alternância de seus representantes, o sistema possibilita que o populista ascenda através dos fundamentos da democracia. Tal paradoxo indica parte da vulnerabilidade do sistema que abre espaço para aqueles que operam pelo seu boicote (Levitsky e Ziblatt 2018; Przeworski 2020; Snyder 2019).

Com isso, a partir dos autores citados, compreende-se que um conjunto de fatores concatena-se para impulsionar o declínio das democracias, projetando-se em um

longo processo no qual se tornaram perceptíveis as ações dos gladiadores da arena política – sendo forçados a desafiar as crises, renovar os partidos e combater ameaças autoritárias. Isso se materializa neste artigo através da seleção de Israel como objeto de análise central de estudo, analisando-se especificamente como se desenvolveu o ultranacionalista que impactam o declínio de sua democracia.

Concluindo, as próximas seções deste artigo estarão em conformidade com o princípio metodológico do estudo de caso sobre um único país, baseado em Landman (2008). Desta maneira, o autor argumenta que “[...] estudos de um único país podem ser usados para rastrear processos políticos significativos e examinar possíveis mecanismos causais encontrados entre duas ou mais variáveis de interesse” (Landman 2008, p.90). Essa abordagem se mostra crucial para examinar o caso israelense, por meio da comparação de diferentes processos históricos; no entanto, a crise da democracia deve ser compreendida como um fenômeno global. Ademais faz-se necessário utilizar o mecanismo de análise *path dependent* do autor, que pressupõe entender os marcos históricos como fundamentais – tais como guerras, eleições e revoluções –, como vetores que determinam o cenário futuro, e a configuração, na qual se analisa a crise da democracia israelense.

4. Quem são os israelenses?

Dentre os países do globo, Israel se destaca pela característica de ser um país de maioria judaica, e como parte majoritária desta população nacional, faz-se necessário compreender sua diversidade e comportamento, bem como dos árabes, beduínos e druzos.

A diáspora expandiu a área de alcance geográfico israelita, favorecendo que os ritos judaicos religiosos e culturais fossem influenciados por elementos das nações onde os judeus se dilatando entre dois grandes grupos: os *ashkenazim* (Descendência da Europa Oriental) e os *sefaradim/mizrachim* (Descendência da Península Ibérica/ Países árabes e muçulmanos). Essas subdivisões são mais complexas do que aqui apresentado, no entanto, nos ajudarão a compreender como se comportam os judeus frente a questões sociais, econômicas, políticas e religiosas (Mizrachi 2021).

No início de sua história estatal, é preciso imaginar que o hebraico ainda era visto como uma língua litúrgica, e a maioria dos judeus imigrou sob condições precárias. Sendo esse contingente em sua maioria constituído por sobreviventes do holocausto, além daqueles expulsos dos países de maioria muçulmana (Shapira 2018). O cenário conturbado continuaria nas próximas décadas com a chegada de judeus oriundos da Etiópia, nos anos 1980, bem como dos países da antiga URSS, nos anos 1990, que alcançam quase um milhão nesta onda de *aliah*² (Galili 2020). A partir dessas informações, contemplam-se os dados trazidos no gráfico acima referentes às divisões intra-judaicas e suas porcentagens, evidenciando que mesmo distintas já existem populações que se misturam (Lewin-Epstein e Cohen 2019).

Além do grupo majoritário, existem os druzos, beduínos e árabes, sendo os grupos que constituem as minorias dentro da sociedade israelense. Os druzos são um grupo etno-religioso minoritário do Levante, de origem comum à dos árabes, no entanto,

2. Terminologia usada para quando judeus se mudam para Israel, traduzindo significa “subida”.

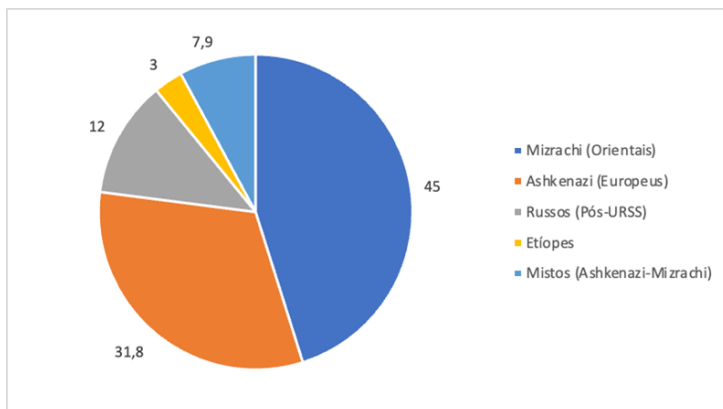


Figura 1. Porcentagem dos judeus israelenses por origem étnica

Fonte: Extraído e adaptado com dados coletados de Lewin-Epstein e Cohen (2019).

possuem uma fé singular e restrita, sendo bem integrados e possuindo participação ativa na sociedade, inclusive no exército.

Sobre os beduínos, apesar de pertencerem à etnia árabe, devemos abordá-los de forma distinta pelo seu estilo de vida tribal e semi-nômade. O fato de viverem como povo que se desloca pelo território, propiciou o desenvolvimento de uma relação de desgaste com o Estado. Isso se materializa numa população sem acesso a recursos públicos, o que marginaliza essa parcela, que vive sob às margens de vilas e kibutzim no deserto, na maioria dos casos, sem acesso à educação, saúde e segurança (Medzini 2012).

Portanto, os árabes, que formam o segundo maior grupo, compreendem cerca de 20% da população total, tem uma relação desgastada com a parcela judaica desde 1948. Como reflexo dos conflitos armados do século XX, os árabes sofreram uma assimetria social, com obstáculos para a convivência entre os lados que em um momento estão em guerra e no outro sob ressentimento – fenômeno que também ocorre para os judeus. De forma distinta das demais populações, religiosamente, os árabes são adeptos tanto do cristianismo como do islã (Said 2012).

As divisões étnicas e religiosas descritas acima não são apenas dados demográficos, constituem o que Lipset e Rokkan (1967) denominaram de clivagens estruturais: fraturas históricas profundas que moldam diretamente a competição partidária e determinam os blocos eleitorais a longo prazo. No caso israelense, as clivagens entre *ashkenazim* e *mizrachim*, entre as diferenças étnicas e religiosas carregam estruturas de lealdade e ideologia que fortalecem a conexão com os eleitores por meio de suas narrativas.

Partindo desta diversidade, é possível analisar um terreno fértil de desenvolvimento do ultranacionalismo: crises étnico-nacionais e religiosas, e o ressentimento. Assim, torna-se fundamental o uso da ciência política e o cenário da sociedade israelense, para compreender a radicalização de seu sistema político e seus atores, aprofundados a seguir.

5. Sociedade e Política

A heterogeneidade de Israel é grande desafio, dada a complexidade de sua teia social; no entanto, é difícil encontrar um país na região que não possua obstáculos no campo político, já que podemos observar como a religião e etnia são elementos fundamentais para sua compreensão.

Neste tópico, buscaremos compreender a arquitetura institucional através de Shapira (2018, p.215), especificamente no capítulo “A criação da democracia israelense”. A autora argumenta que as lideranças judaicas optaram por um modelo de organização de Estado baseado no modelo britânico, o parlamentarismo. Isso inclui a ausência de uma constituição rígida e escrita, optando-se, em vez disso, por leis básicas que pudessem ser moldadas ao longo do tempo. Num país jovem e pequeno, adotou-se o sistema unicameral, com um Primeiro-ministro como chefe de Governo e um Presidente chefe de Estado.

Desde seu marco fundacional, Israel construiu um arranjo político, o status quo, para concretizar os princípios de convivência entre as partes judaicas da sociedade. Como mencionado acima, a heterogeneidade intra-étnica e de observância religiosa estruturou-se em quatro grupos socioculturais: *Jilonim* (seculares), *masortim* (tradicionalistas), *dat'im* (religiosos) e *haredim* (ortodoxos), estes que servirão de base para as análises dos partidos (Mitchell 2016).

A partir da compreensão dessa complexa estratificação social, avançamos para as conjunturas partidárias, entendendo que tais características influenciam nas pautas eleitorais do país. Nesse sentido, é necessário trazer à tona que o mecanismo parlamentar israelense se dá através do sistema proporcional de lista fechada (LP). Sob essa organização, os cidadãos votam na legenda, uma lista previamente informada pelos partidos para a disputa das eleições (Shapira 2018; Lijphart 2019).

Historicamente, o surgimento dos partidos foi baseado nos moldes do congresso sionista³, representando as distintas subdivisões judaicas e acomodando a população árabe com suas representações. Essa complicada dinâmica torna-se visível na Tabela 1, na qual se entende a separação partidária.

A partir das informações trazidas acima, podemos apresentar os pilares que movem o eleitor médio israelense. Dentre eles, destacam-se a segurança nacional; economia; a percepção nacional entre religiosa e secular; as divisões étnicas intra-judaicas; o conflito israelo-palestino e a política externa. Tais clivagens acima são as principais pautas representadas nos planos de governo dos partidos israelenses, e o eleitor médio baseia-se nessas temáticas acima para escolher sua legenda partidária (Hazan e Friedberg 2019).

Entre os partidos apresentados acima, os que tiveram as governanças mais longevas foram Likud e Ha'avodá, ambos se alternando durante os primeiros 60 anos de país. Esse padrão é comum nos regimes parlamentaristas, tendo os primeiros 30 anos, sob governo dos trabalhistas chefiados por David Ben Gurion, Yitzhak Rabin e Golda Meir, considerados os pais fundadores da nação. Ademais, o Likud teria sua janela de oportunidade nos períodos conturbados dos trabalhistas, assumindo Menachem Begin e Yitzhak Shamir, o que teria quebrado a hegemonia.

O panorama normal de alternância entre os partidos hegemônicos mudou, con-

3. Parlamento entre os judeus destinado a planejar e organizar os processos para a reconstrução do lar nacional judaico.

Tabela 1. Sobre os partidos, campos ideológicos e seus eleitores.

Nome do Partido ^a	Campo ideológico	Eleitores
Ha'avodá (Trabalhista) ^{*b}	Sionista-trabalhista (Social-democrata)	Ashkenazita; seculares; Kibutziana eleitorado de espectro centro-esquerda
Meretz (Socialista)*	Sionista-socialista	Ashkenazita; seculares; pop. LGBT+; progressistas e minorias.
Likud *	Sionista-Revisionista (Direita-conservadora)	Sefaradim (mai); Ashkenazim (min); pop masortim; nacionalistas e classe alta. Liberalismo econômico
Yesh Atid	Centro-direita	Tanto sefaradita quanto ashkenazita; seculares; classe média; pop. urbanizada e progressista. Liberalismo econômico.
Kachol-Lavan (Azul e Branco)	Centro-direita	Tanto sefaradita quanto ashkenazita; seculares e conservadores; reservistas da ativa; Liberalismo econômico.
Yisrael Beiteinu (Israel nossa casa)*	Direita-nacionalista	Imigrantes ex-URSS (Russos); seculares; nacionalistas; liberalismo econômico e anticomunistas.
Ha'Bait Ha'Yehudi (Casa judaica)	Sionismo-religioso religioso-nacionalista	Pop. religiosa; pop. de assentamentos classe média/baixa e conservadora;
Shas*	Ortodoxo-Sefaradita	Sefaradim ortodoxos; ortodoxia; classes baixas ortodoxas.
Yahadut ha'Torá*	Ortodoxo-Ashkenazita	Ashkenazim ortodoxos; ortodoxia; classes baixas ortodoxas.
Lista-unificada (Hadaash/ta'al/balad) 2015* (Hadaash-Ta'al) 2022	Socialismo e nacionalismo árabe	Árabes; seculares; pop. periférica e de classe baixa.
Ra'am	Centro-direita e árabe	Árabes; seculares e religiosos; classe média e urbanizada.

Fonte: Desenvolvido pelos autores, 2024.

a. *Partidos tradicionais israelenses

b. Foi realizada em 2024 a fusão do Ha'avodá e Meretz, resultando no Partido ha'democratim (os democratas).

forme mapeado na Tabela 1, com o aumento do número de partidos concorrendo nas eleições. Nesse processo de transição, o país entrou numa lenta transição das governanças mais longevas, a partir dos anos 1990, fenômeno acentuado após a primeira intifada – que vitimou centenas de cidadãos em decorrência do terrorismo – além de ser impactado pela contenção da crise inflacionária interna (Przeworski 2020).

Se, após sua fundação, mantiveram-se as expectativas de que Israel se consolidaria como um país democrático com valores coletivistas, no entanto, é perceptível que nos anos 1990 existiu um cenário propício para guinadas autoritárias. No caso israelense, isso culminou com assassinato de Yitzhak Rabin, em 1995.

O marco citado representa uma quebra de paradigma, principalmente após a intifada, que havia acirrado o conflito existente. O caso de Rabin, chocou o país, pois um judeu foi morto por outro judeu. Sem embargo, é importante compreender que o fenômeno em questão foi ocasionado pelo radicalismo de um setor da sociedade, insatisfeita com os Acordos de Oslo, realizados pelo então Ministro das Relações Exteriores, Shimon Peres (Rabinovitch 2020).

O premiê foi morto durante um comício em frente à prefeitura de Tel Aviv, celebrando a década que deveria ter sido da esperança. Ao resgatarmos Shapira (2018, p.522), nota-se que “Apesar de ser uma profecia autorrealizada, apesar das ameaças públicas proferidas contra a vida do primeiro-ministro e das cerimônias religiosas místicas realizadas para engajar forças divinas que o matassem”, tal contestação deixou claro o panorama de perigo. Em decorrência deste cenário, compreende-se como o extremismo que tirou a vida do primeiro-ministro, propiciou um vácuo de poder, além de quebrar o tabu “judeu não mata judeu” deixando aberto uma vulnerabilidade no tecido social (Rabinovitch 2020).

Em meio à crise dos trabalhistas, se popularizou o nome de um jovem *player*, Benjamin Netanyahu, que se aproveitou da troca de representantes do Likud. O *likudnik*⁴ assumiu a liderança partidária, em 1992, um momento de transformações na política nacional. O premiê fortaleceu o discurso contra a formação do Estado Palestino, dos acordos de paz com Jordânia, se aproximando cada vez mais dos eleitorados religiosos, ultraortodoxos, conservadores, bem como dos colonos da Cisjordânia que costumavam a ser conhecidos como *datim leumim*⁵ (Pfeffer 2018; Rabinovitch 2020).

Shimon Peres assumiria o lugar de Rabin como primeiro-ministro, no entanto, uma mudança nas Leis Básicas, que funciona como constituição israelense, colocava que o primeiro-ministro seria eleito separado do parlamento. Como a votação direta no candidato, culminou com Benjamin Netanyahu assumindo como premiê mais jovem da história de Israel, e o primeiro nascido após a independência do Estado (Peretz e Doron 1996; Shapira 2018).

A primeira passagem de Netanyahu pelo cargo mais importante do país duraria pouco. Com a queda do seu governo em 1999, encerrou uma gestão sem grandes feitos ou soluções para os problemas socioeconômicos, além de marcada por recorrentes disputas territoriais contra Yasser Arafat, então presidente da Autoridade Palestina. A instabilidade em questão abriu espaço para que houvesse um retorno dos trabalhistas

4. Eleitor ou integrante do partido Likud.

5. Religiosos-nacionalistas, adeptos da ortodoxia, uma forte identidade nacional em busca da Israel Bíblica.

com Ehud Barak.

Esse retorno torna relevante recorrer ao quadro 1, que ilustra como os partidos surgem e os trabalhistas são obrigados a fazerem coalizões para se manterem na corrida contra o *likud*. É perceptível na junção do Ha'avodá com o jovem partidos *Gesher* (ponte), liderado pelo ex-*likudnik*, David Levy, capaz de aproximar os eleitores de origem *mizrachi* da legenda, além do *Meimad*, partido sionista religioso mais à esquerda, assim formando o *Israel Echad* (Uma Israel). Entretanto, união não foi suficiente para derrubar o *Likud* nas eleições, forçando o partido de Barak a juntar-se com os partidos *Meretz*, os ultraortodoxos *Shas* e *Yahadut ha'torá*, do *Yisrael Ha'aliyah* (De eleitorado russo), *Mercaz* (centro) e o *Mafdal* (Sionistas religiosos de direita). Dada a fragmentação de legendas, o governo não foi longo, Barak isolado, entrou na condição como um “governante de ninguém”. Os entraves institucionais se tornaram obstáculos nas suas promessas de governo, não atendendo a bancada dos russos sobre a lei do alistamento, tampouco os processos de paz. O cenário desencadearia na entrega do mandato, deixando a segunda intifada para a próxima gestão, conflito este ainda mais violento que o primeiro (Waxman 2001).

O ciclo descrito acima, Barak- Sharon- Olmert ilustra uma progressiva degradação institucional: não um colapso, mas um esvaziamento dos partidos tradicionais, além de suas capacidades de controlar e mediar os conflitos do parlamento, fortalecendo um cenário de instabilidade. Como nenhum dos três conseguiu manter uma estabilidade duradoura, permitiu que Netanyahu capitalizasse a desconfiança nos partidos e promovesse mudanças no panorama geral.

A partir da literatura já apresentada anteriormente, em Przeworski (2020) e Snyder (2019), podemos visualizar que o fator econômico foi um dos motivadores para o desenvolvimento das crises institucionais, sobretudo num panorama de um país que apresenta um crescente número de partidos, assumindo um multipartidarismo extremamente fragmentado.

Não obstante, os desdobramentos da segunda intifada induziram a formação de governos de união nacional, como tentativa de sanar a situação, culminando com Ariel Sharon como premiê e líder do *Likud*. Em meio ao caos, a melhor solução para conter a violência entre as populações seria a execução do Plano de Retirada Unilateral de Gaza, em 2005. A medida levou os moradores dos 21 assentamentos a serem realocados em Israel ou na Cisjordânia. Essa ação provocou novamente um desgaste com os eleitores da direita, implicando um cenário de desconfiança do eleitor médio em relação aos partidos tradicionais (Golan 2019; Mounk 2021).

A desocupação de Gaza abriu uma janela de oportunidade para o grupo fundamentalista islâmico Hamas, tomar o controle político e militar do enclave, assim como o Fatah o fez na Cisjordânia, em ambos os casos foram os partidos mais votados nas eleições palestinas (Folha de S. Paulo 2006). Em Israel, durante o mandato de Sharon, o premiê mudou de legenda, unindo-se ao recém-criado partido de centro, *Kadima* (Avante), composto ex-membros das legendas dos trabalhistas e *likudniks*, como Shimon Peres e Tzipi Livni. Em uma nova rodada eleitoral, em 2006, o retrato final terminaria com a ascensão do ex-prefeito de Jerusalém, Ehud Olmert, como primeiro-ministro.

Em meio ao panorama complexo, Netanyahu articulou seu ressurgimento para

retomar a cadeira de primeiro-ministro do país, feito que realizou em 2009. Retomada que ocorreu devido ao desgaste do governo que falhou em emplacar seu plano de paz, além de Sharon⁶ e Olmert terem sido acusados em esquemas de corrupção, minando a sustentabilidade de seu bloco.

Segundo Pfeffer (2018), Netanyahu, durante a campanha, consultou-se secretamente com John McLaughlin, estrategista do partido republicano americano, e a partir daí, montou um plano eleitoral para garantir a vitória. O líder do Likud utilizou os meios de comunicação para fortalecer sua imagem, incluindo propaganda via mensagens telefônicas e o apoio do jornal *Yisrael HaYom* (Israel Hoje)⁷.

6. Entre o Regresso e a Atribuição de Netanyahu

Partindo da consolidação como principal liderança da direita, é possível diagnosticar que Netanyahu se torna o ator mais relevante entre os partidos no parlamento. Sua personalidade populista se destaca como uma das mais influentes na Knesset, baseada em três pilares principais: as Elites (os israelenses de esquerda), o Povo (judeus que defendem Israel) e os Outros (aqueles considerados terroristas). Essa percepção pode ser observada desde suas participações políticas nas manifestações contra Rabin e os processos de paz, onde ele apoiou a divisão da sociedade israelense frente aos acordos de Oslo. Além disso, ele se opôs veementemente aos planos propostos por Ehud Barak, Ariel Sharon e Ehud Olmert, mantendo uma postura firme contra qualquer concessão que pudesse comprometer sua visão (Snyder 2019; Yilmaz e Morieson 2022).

Uma das grandes vitórias de Benjamin Netanyahu na política israelense foi a divisão do Partido Trabalhista, em 2011. Após todas as consultas, os membros tomaram diferentes caminhos, no caso, cisão em que dois representantes perduraram no partido, com Isaac Herzog e Amir Peretz à frente dos trabalhistas, separados Ehud Barak que criou uma nova legenda. Após todas as consultas necessárias e eleições internas, foi decidido que um dos lados se juntaria à coalizão do *Likud* (Nikolenyi 2019). Para viabilizar a sobrevivência do partido, foi necessária uma articulação sob a legislação em vigor, a lei anti deserção, que visa evitar a fragmentação das bases dos partidos – instrumento de segurança para os partidos. Estes, no entanto, em 2010, adotaram uma mudança normativa que possibilitou que os parlamentares permanecessem politicamente ativas nas eleições, o que, por sua vez, fortalece o partido que integra a coalizão e, assim, prejudicando o equilíbrio partidário do sistema político eleitoral de Israel (Nikolenyi 2018). Sob um novo arranjo, Ehud Barak conseguiu reunir mais quatro nomes e, juntamente com Einat Wilf, rompeu com sua legenda para lançar o partido *Ha'atzmaut* (Independência), visando a permanência no governo (Nikolenyi 2019).

No cenário político israelense é preciso destacar o crescimento do eleitorado ultraortodoxo. Essa parcela da sociedade vivem em núcleos restritos e com estilo de vida distinto dos demais, como pode ser analisado no trabalho de Cahaner e Malach (2021), o qual demonstra como a comunidade está às margens dos demais, tendo uma

6. Além de baixa popularidade, a entrada de Olmert como número um do partido se deu após um derrame sofrido pelo ex-premiê que o deixou em coma até 2014, quando faleceu.

7. Tradução livre. Um dos principais jornais israelenses, conhecido por desde 2009 ser pro-governo Netanyahu, diferente do *The Jerusalem Post* (Centro), *Maariv* (Apartidário), e o *Ha'aretz* (Esquerda).

renda e nível de escolaridade baixos⁸. Além do fator educacional, é um grupo isentos do alistamento militar obrigatório por razões religiosas, causando grande desconforto entre as populações secularizadas e tradicionalistas com os ultraortodoxos.

Na Figura 2, podemos analisar que os ortodoxos compõem nos primeiros governos de Netanyahu 8%, uma margem natural da população. Assim, podemos tratar como parte do eleitorado ou coligado ao Likud, os Haredim (8%), Dati (10%), parte dos Masortim e os membros da comunidade russa, que estão na porcentagem secular. A porcentagem é muito relevante, explicando o crescimento do partido nas duas primeiras décadas do século XXI, e pode se conectar as informações da Figura 1 que as coligações entre direita e as parcelas mais religiosas da sociedade se torna fixa.

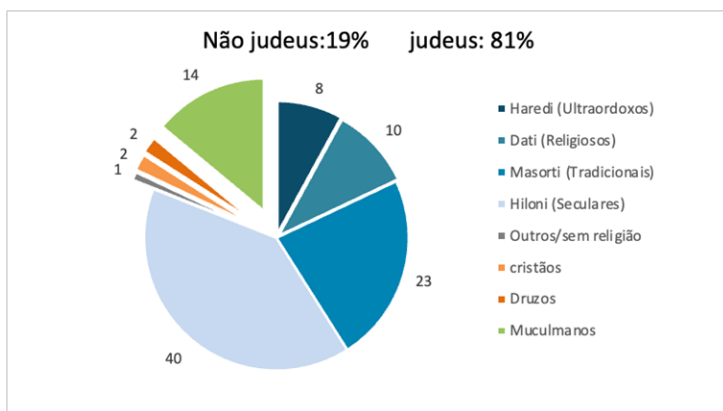


Figura 2. Dados de proporção da população a partir da religiosidade

Fonte: Extraído e adaptado de Mitchell (2016)

Os dados mostrados na figura sofreriam mudanças relevantes, já que em 7 anos a população ortodoxa chegaria aos 13%, provocando uma queda no número de membros secularizados, causando mudanças bruscas no futuro demográfico israelense (Cahaner e Malach 2022).

Dessa forma, Netanyahu estabelece seu eleitorado formulado através de membros nacionalistas, com a adesão da parcela russa, votantes do *Yisrael Beiteinu*, dos sionistas religiosos do *Bayit Yehudi* (Casa Judaica), e os Haredim do *Shas* e *Yahadut Ha'Torah*. Esses blocos foram seus principais aliados na década de 2010, adicionando os partidos menores e as breves participações dos trabalhistas, contribuindo para a neutralização de assentos no parlamento para o campo da esquerda. Esses segmentos da coalizão foram vistos enquanto o povo, os israelenses que deveriam ser defendidos. Partindo desse pressuposto, a palavra defesa tornou-se o slogan do governo Netanyahu, promovendo-se como o único capaz de manter a estabilidade e segurança nacional.

Nos anos subsequentes, o primeiro-ministro consolidou uma inovação de segurança que revolucionou o campo bélico, o *Kipat Barzel* (Domo de Ferro). Esse sistema de defesa antiaérea superou os demais, tornando-se um dos grandes marcos da indústria

8. O marco escolar se dá através da escola básica e yeshivot, instituições de ensino e estudo da tora e tradição rabínicas para homens. Assim a maior parte dessas famílias vive de subsídios do Estado.

militar israelense. A implementação do sistema, protege os israelenses dos mísseis oriundos dos territórios palestinos, sobretudo a faixa de Gaza (Maital 2021).

A ampla confiança depositada pelo eleitorado com as gestões do Likud provocou que o partido se mantivesse forte, enquanto Meretz e os trabalhistas acabam perdendo espaço na disputa, abrindo caminho para novos partidos de centro e religiosos crescerem, a exemplo do do *Yesh Atid* e do *Ha'bayit Ha'Yehudi* (Casa Judaica).

A partir de 2015, contudo, tornam-se nítidas as medidas que movem Israel para um processo de desgaste democrático. Desde então, o eixo central do retrocesso reside na articulação do projeto de “Lei do Estado Nação” que terminaria por ser aprovada somente em 2018, abrindo margem para a desvalorização das minorias nacionais, inclusive aquelas bem inseridas na sociedade israelense (Instituto Brasil Israel 2018). Tal legislação, mantinha o eleitorado de Netanyahu satisfeito, entretanto, se identificam indicadores de desgaste do sistema, com a perda de direitos e representatividade das minorias, um caminho de autocratização (Przeworski 2020). O cenário negativo, por mais que não retire diretamente direitos civis, a mudança da lei revela a institucionalização de desigualdades, com a língua árabe deixando de ser oficial (Ghanem e Mustafa 2018).

Nesse período, Netanyahu desgastou-se com os partidos das coalizões tradicionais como o *Yisrael Beiteinu*, que não foram contemplados nas medidas do governo. Tanto que nas eleições de 2019, o líder do Likud não conseguiu formar uma maioria para governar, falhando em equacionar as diferenças entre os ultraortodoxos e os russos. Isso proporcionou a oportunidade para a oposição, que também não conseguiu formar governo, marcando pela primeira vez na história do país, em que o impasse político, impossibilitasse a formação de um governo (Rahat e Shamir 2022).

Sendo assim, novas características podem ser integradas à crise democrática israelense, quando percebemos que os trabalhistas, o Meretz e o próprio Likud não produzem os mesmos arranjos eleitorais. O processo de fadiga, possibilitou uma janela de oportunidade para que grupos extremistas se consolidassem com nomes como Itamar Ben-Gvir do *Otzma Yehudit* e Bezalel Smotrich do *Ha'tzionut Ha'datit*. O cenário problemático agravou-se no quadro quando o país entrou em emergência sanitária devido a Covid-19, compelindo um governo de união nacional emergencial, entre Benny Gantz e Netanyahu.

A coalizão teve uma curta duração, o governo não conseguiu aprovar a lei de Orçamento de Estado, o que inviabilizou a gestão e terminou dissolvendo a coalizão. A partir da formação de uma disputa eleitoral disfuncional, é possível observar que Israel passou a ter uma eleição com perfil majoritário, pelo fato da transformação da eleição personalista, sendo Netanyahu contra seus concorrentes, na qual assume a posição quase de um presidente, levando próprio partido a perder representatividade (Lijphart 2019; Shapira 2022).

Em 2021, aconteceu um resultado eleitoral heterodoxo: Yair Lapid e Naftali Bennett conseguiram armar uma coalizão diversa, porém muito frágil. Esse marco propiciou que Netanyahu perdesse poder de influência na arena política, dependendo muito do seu populismo para se manter. A coalizão Bennett-Lapid sofreu devido às diferenças ideológicas e às pautas conflitantes, sustentando um governo de maioria mínima no parlamento israelense, a qual constituía, 60 assentos mais 1, de 120 totais. A

frágil coalizão sucumbiu por votação no mês de junho de 2022 com a saída de Naftali Bennett, assumindo Yair Lapid o gabinete provisório até o próximo pleito eleitoral (Ganel 2022).

Netanyahu retornou ao poder em 2022, com uma coalizão de extremistas composta além do partido do premiê, o *Shas*, *Otzmah Yehudi*, *Ha'tzionut Ha'datit* e *Yahadut Ha'torah*, agremiações do campo ultra-ortodoxo e sionista religioso, uma configuração extremamente radical, representando a vitória do populismo do número um do Likud. Partindo dessa discussão, constata-se que Netanyahu alcança quatro indicadores propostos por Levitsky e Ziblatt (2018), ao rejeitar as regras do jogo (acusações de corrupção), nega a legitimidade de seus opositores (israelenses de esquerda e árabes), é intolerante ou encoraja a violência (conflitos com assentamentos e contra a população árabe) e a propensão a restringir liberdades civis (a reforma judicial).

Ao longo do artigo é possível inferir que Israel caminha para se tornar uma democracia iliberal, na qual seus cidadãos têm seus direitos invalidados por lideranças autoritárias, como ocorre na Polônia e na Hungria (Snyder 2019). Com a formação da coalizão de 2022 é possível ver que, desde a morte de Rabin, a população tem mudado de espectro, anteriormente mais equilibrado, sofrendo uma guinada para a direita, evidenciando uma mudança do perfil do eleitorado mediano israelense, o que possibilita a permanência de Netanyahu.

Compreendendo esta dinâmica, a coalizão interfere na autonomia das instituições, neste caso, o judiciário é a instituição de contrapeso da democracia israelense, tal interferência é um forte indicador para uma gestão autoritária. O governo tem interesse no controle da Knesset, no entanto, o único mecanismo que poderia impedir o poder exacerbado dos parlamentares e do executivo israelense é a Suprema Corte.

A proposta de reforma do judiciário de 2022 não surge do nada, mas representa um processo gradual de retrocesso (Roznai et al. 2023). Os mecanismos apresentados tornam possíveis de identificar um comportamento autocrático, no qual as instituições são enfraquecidas de dentro, por agentes que foram eleitos democraticamente, entretanto, que visam mudar as regras do jogo ao seu favor (Levitsky e Ziblatt 2018).

Diante desse cenário, a Suprema Corte Israelense (*Bagatz*) é a principal instituição responsável por realizar intervenções contra as medidas políticas do governo, além de analisar as acusações de corrupção e impedir os avanços dos assentamentos na Cisjordânia, tornando-se os principais inimigos da coalizão radical de Benjamin Netanyahu.

Em meio ao panorama hegemônico, é possível explicar sua longevidade do premiê, através do pêndulo demográfico: as gerações mais jovens votam majoritariamente no campo da direita, como mostrado na Figura 3.

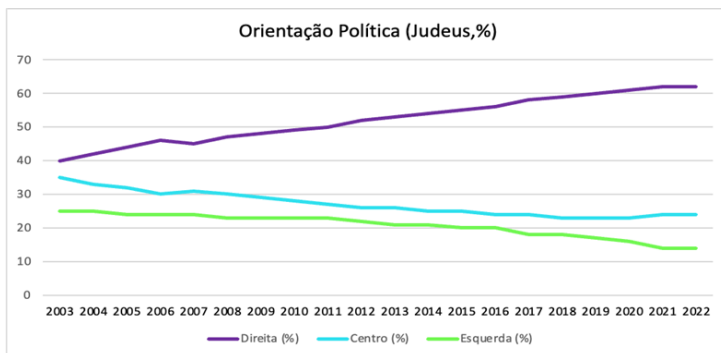


Figura 3. Autoidentificação da População Judaica por Orientação Política

Fonte: Extraído e adaptado de Hermann et al. (2023).

Apesar do cenário do eleitorado ter-se deslocado para a direita, a proposta da reforma do judiciário não foi bem vista pelos eleitores, já que a instituição não teria mais a função de contrapeso ao legislativo nacional, perdendo a prerrogativa de intervir quando a emenda viola as Leis Básicas. Além disso, essas medidas governamentais visam interferir na nomeação de novos juízes, e restringir o papel da instituição, a de contrapeso, tendo seus poderes reformulados e invalidados frente aos membros da Knesset. No desenho institucional de uma democracia liberal, esse processo diagnosticou-se como nocivo, levando que uma maioria simples no parlamento aprove leis, o que torna perigoso que lideranças autoritárias se utilizem dessas mudanças para facilmente beneficiar apenas a si próprios e seus grupos de interesse (Roznai et al. 2023).

Tais contornos e ameaças sistêmicas são visualizadas através dos dados obtidos pelo Instituto de Democracia Israelense (IDI), que expõem a Suprema Corte como a instituição com melhor avaliação entre judeus e árabes. Sabendo disso, a medida proposta pelo governo vigente é arriscada, já que fere a qualidade democrática, ao viabilizar a construção de assentamentos na Cisjordânia, bem como permitir que Itamar Ben-Gvir, ministro da segurança nacional, executasse mudanças na polícia, a qual passou a tomar medidas agressivas contra os manifestantes que, todas as semanas, se reuniam em cidades do país para protestar contra a reforma do judiciário (Hermann et al. 2023; Breiner 2023).

Torna-se plausível, portanto, analisar através dos gráficos a seguir, que tanto o governo, quanto as agremiações partidárias e o parlamento acumulam avaliações negativas. O panorama de desconfiança crônica, acabando por corroborar com as análises sobre a ruptura da democracia, como trabalhadas por Przeworski (2020), Snyder (2019), Mounk (2021) e Levitsky e Ziblatt (2018).

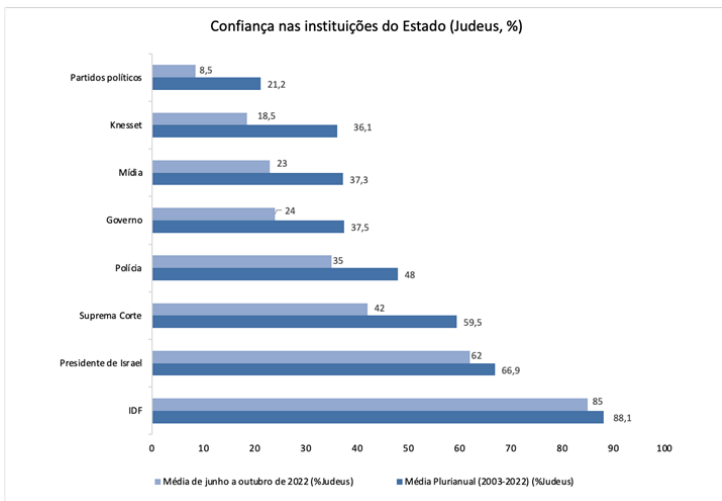


Figura 4. Confiança do Público nas instituições do Estado (Judeus)

Fonte: Hermann et al. (2023)

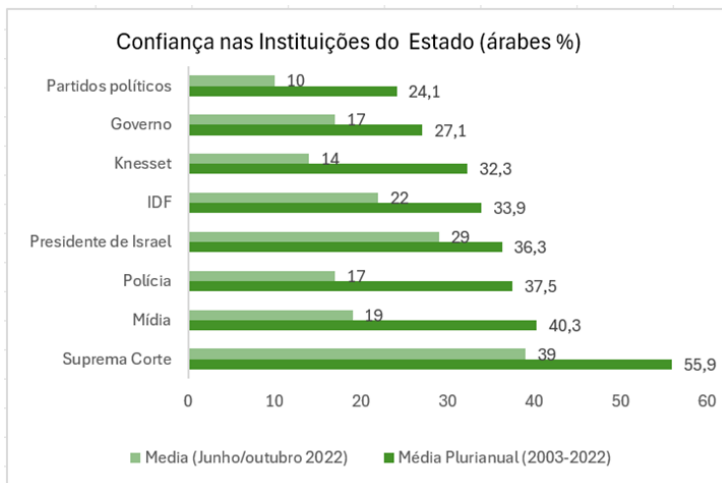


Figura 5. Confiança do Público nas instituições do Estado (Árabes)

Fonte: Hermann et al. (2023)

Os dados empíricos analisados e a literatura mobilizada, permitem compreender que Israel passou por um processo de erosão democrática. O desgaste de suas instituições pela gestão radical do governo, aliada a desconfiança da população e o fortalecimento dos setores ultranacionalistas de sua sociedade acabam promovendo um cenário negativo, colocando em xeque e contradição a alcunha de única democracia do Oriente Médio.

7. Conclusão

Os estudos sobre democracia cada vez mais precisam analisar os casos nos quais o sistema corre risco de colapsar, claramente existe um processo de desgaste entre as democracias liberais. Esta investigação abordou o processo de formação do ultranacionalismo em Israel, com atenção para o legado da crise de democracia iniciada com o assassinato de Yitzhak Rabin.

Esse panorama histórico conduziu à administração de Benjamin Netanyahu, que ao longo dos mandatos foi propiciando o crescimento de setores ultranacionalistas, os atores responsáveis pela crise atual. O premiê dominou a arte de controlar a política através da narrativa de segurança, esse denominador de perigo, permitiu aprofundar a percepção de que os inimigos externos, da esquerda, da ameaça aos valores do nacionalismo judaico são a correlação de sustentação para manter-se no poder.

A reforma do Judiciário promovida pela coalizão de extrema-direita, eleita em 2022, é percebida como uma tentativa de derreter os pilares da democracia israelense. A reforma pode ter consequências aos direitos e deveres básicos, enquanto a Suprema Corte é ameaçada, mais grupos extremistas buscarão cortar os direitos e as liberdades dos cidadãos. A ascensão de figuras como Betzalel Smotrich e Itamar Ben Gvir, representam valores messiânicos e antidemocráticos que tendem a intensificar ainda mais a crise política e social do país.

Por fim, este artigo visa elucidar sobre o processo do ultranacionalismo em meio à crise democrática israelense. Neste panorama, Benjamin Netanyahu se estabeleceu enquanto um dos impulsionadores da recessão ao longo do tempo, sustentando sua posição através de coalizões que se radicalizaram, e abriram espaço para atores que não respeitam o sistema vigente, e promovem a instabilidade às custas da democracia liberal israelense.

Recebido em: 09/02/2025.

Aprovado em: 15/12/2025.

Referências

- Breiner, Josh. 2023. Ousted Tel Aviv Police Chief in Farewell Speech: We Can't Give up on Israel's Democracy. *Haaretz*, acessado em 20 de agosto de 2024. <https://www.haaretz.com/israel-news/2023-07-19/ty-article/.premium/ousted-tel-aviv-police-chief-in-farewell-speech-we-cant-give-up-on-israels-democracy/00000189-6d8b-de6d-a1ef-fdebdf450000>.
- Cahaner, Lee e Gilad Malach. 2021. *Annual Statistical Report on Ultra-Orthodox (Haredi) Society in Israel 2021*. Relatório técnico. Israel Democracy Institute. [final-idi_research_haredim_web.pdf](https://en.idi.org.il/publications/final-idi_research_haredim_web.pdf).
- . 2022. *Annual Statistical Report on Ultra-Orthodox (Haredi) Society in Israel 2022*. Relatório técnico. Israel Democracy Institute. <https://en.idi.org.il/publications/38701>.
- Chiaromonte, Alessandro e Vincenzo Emanuele. 2015. Party System Volatility, Regeneration and De-Industrialization in Western Europe. *Party Politics*, 1–13. Acessado em 8 de agosto de 2024. <https://www.researchgate.net/profile/Vincenzo-Emanuele-3/project/Party-system-de-institutionalization-in-WesternEurope/attachment/58341d2608ae91d0fe26269a/AS:431168932847616@1479810092144/download/Party+Politics-2015-Chiaromonte-Emanuele.pdf>.
- Folha de S. Paulo. 2006. Grupo Extremista Hamas Surpreende, Vence Eleição Palestina e Causa Apreensão. Acessado em 24 de agosto de 2024. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2701200601.htm>.
- Fukuyama, Francis. 1992. *O Fim da História e o Último Homem*. Lisboa: Gradiva.
- Galili, Lily. 2020. *The Other Tribe: Israel's Russian-Speaking Community and How It Is Changing the Country*. Brookings Institution. Acessado em 24 de agosto de 2024. https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2020/09/FP_20200921_other_tribe_galili.pdf.
- Ganel, Yosi. 2022. Israel: Political Developments and Data in 2021: A Year of Changes. *European Journal of Political Research Political Data Yearbook* 61:224–230. <https://doi.org/10.1111/2047-8852.12388>.
- Ghanem, Asa'ad e Mahanad Mustafa. 2018. The Joint List of Arab Parties in the 2015 Knesset Elections: The National Consensus from Concept to Practice. Em *Palestinians in Israel*, 148–168. Cambridge: Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/9781108641647.007>.
- Golan, Galia. 2019. The Israeli Political System, Political Parties and Parliamentary Politics. Em *Understanding Israel: Political, Societal and Security Challenges*, editado por Joel Peters e Rob Geist Pinfeld, 199–216. London: Routledge.
- Hazan, Reuven Y. e Chen Friedberg. 2019. The Israeli Political System, Political Parties and Parliamentary Politics. Em *Understanding Israel: Political, Societal and Security Challenges*, editado por Joel Peters e Rob Geist Pinfeld, 62–80. London: Routledge.
- Hermann, Tamar et al. 2023. *The Israeli Democracy Index 2022*. Israel Democracy Institute. <https://en.idi.org.il/publications/47508>.
- Instituto Brasil Israel. 2018. Texto Integral da Lei que Define Israel como Estado-Nação do Povo Judeu. Acessado em 28 de agosto de 2024. <https://www.brasilisrael.org.br>.

- Landman, Todd. 2008. Single-Country Studies as Comparison. Em *Issues and Methods in Comparative Politics: An Introduction*, 3ª edição, 86–93. London e New York: Routledge.
- Levitsky, Steven e Daniel Ziblatt. 2018. *Como as Democracias Morrem*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lewin-Epstein, Noah e Yinon Cohen. 2019. Ethnic Origin and Identity in the Jewish Population of Israel. *Journal of Ethnic and Migration Studies* 45 (11): 218–237. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2018.1492370>.
- Lijphart, Arend. 2019. *Modelos de Democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Lipset, Seymour Martin e Stein Rokkan. 1967. Cleavage Structures, Party Systems, and Voter Alignments: An Introduction. Em *Party Systems and Voter Alignments: Cross-National Perspectives*, editado por Seymour Martin Lipset e Stein Rokkan, 1–64. New York: Free Press.
- Maital, Shlomo. 2021. Iron Dome: The Inside Story. *The Jerusalem Post*, acessado em 27 de agosto de 2024. <https://www.jpost.com/jerusalem-report/iron-dome-the-inside-story-673995>.
- Medzini, Arnon. 2012. Bedouin Settlement Policy in Israel: Success or Failure? *Horizons in Geography, numbers* 79–80, 37–48.
- Mitchell, Travis. 2016. *Israel's Religiously Divided Society*. Pew Research Center. Acessado em 24 de agosto de 2024. <https://www.pewresearch.org>.
- Mizrachi, Gabriel Melo. 2021. Um Lugar no Espaço e no Tempo. Em *Conflitos e Religiosidades: Israel, Palestina e Estudos Judaicos no Brasil*, editado por Karl Schurster, Michel Gherman e Omar Thomaz, 1:53–77. Recife: EDUPE.
- Mounk, Yascha. 2021. *O Povo Contra a Democracia*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Nikolenyi, Csaba. 2018. Keeping Parties Together? The Evolution of Israel's Anti-Defection Law. *Polish Political Science Yearbook* 47 (2): 188–200. <https://doi.org/10.15804/ppsy2018202>.
- . 2019. Party Switching in Israel: Understanding the Split of the Labor Party in 2011. *Contemporary Review of the Middle East*, 408–422. <https://doi.org/10.1177/2347798919872843>.
- Paterman, Carole. 2003. Participation and Democratic Theory. Em *The Democracy Sourcebook*, editado por Robert A. Dahl, Ian Shapiro e José Antonio Cheibub, 40–47. London e Massachusetts: MIT Press.
- Peretz, Don e Gideon Doron. 1996. Israel's 1996 Elections: A Second Political Earthquake? *The Middle East Journal* 50 (4): 526–529. <http://www.jstor.org/stable/4328988>.
- Pfeffer, Anshel. 2018. *Bibi: The Turbulent Life and Times of Benjamin Netanyahu*. New York: Basic Books.
- Przeworski, Adam. 2020. *Crises da Democracia*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Rabinovitch, Itamar. 2020. *Yitzhak Rabin: Uma Biografia*. São Paulo: Ayllon.
- Rahat, Gideon e Michal Shamir. 2022. The Four Elections 2019–2021. Em *The Elections in Israel, 2019–2021*, 27–50. London: Routledge.

- Roznai, Yaniv et al. 2023. Judicial Reform or Abusive Constitutionalism in Israel. *Israel Law Review* 56 (3): 292–304. <https://doi.org/10.1017/S0021223723000171>.
- Said, Edward W. 2012. *A Questão da Palestina*. São Paulo: Editora Unesp.
- Shapira, Anita. 2018. *Israel: Uma História*. Rio de Janeiro: Paz & Terra.
- Shapira, Assaf. 2022. Joint Lists in Israeli Politics. Em *The Elections in Israel, 2019–2021*. London: Routledge.
- Snyder, Timothy. 2019. *Na Contramão da Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Waxman, Dov. 2001. A Tragic Hero: The Decline and Fall of Ehud Barak, acedido em 24 de agosto de 2024. <https://dergipark.org.tr/en/download/article-file/816835>.
- Yilmaz, Ihsan e Nicholas Morieson. 2022. Nationalism, Religion, and Archaeology: The Civilizational Populism of Benjamin Netanyahu and Likud. *Populism and Politics* 15 (1): 1–28. Acedido em 20 de agosto de 2024. <https://doi.org/10.55271/PP0015>. <https://www.populismstudies.org/wp-content/uploads/2022/12/PopulismAndPolitics15.pdf>.